

Fonte: CB
Data: 23/3/99 Pg. 8
Class.: 308

AMAZÔNIA

Malária agora é doença de índio

Rio — O número de casos de malária no estado do Amazonas dobrou nos últimos quatro anos. De 55 mil em 1994, passou para 110 mil no ano passado, de acordo com registros da Fundação Nacional de Saúde (FNS). A razão para o aumento de ocorrências da doença é o desmatamento desordenado na região. O tema será debatido amanhã no seminário *Visões da Amazônia: Cultura, Ciência e Saúde*, organizado pela Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio.

Segundo o chefe do escritório da Fiocruz em Manaus, Luciano Toledo, os maiores responsáveis pelo desmatamento e, conseqüentemente, pelo aumento da malária, são as madeiras, os garimpeiros, a modernização agrícola, as frentes de assentamento e o crescimento desenfreado da periferia de Manaus, que avança floresta adentro. O motivo é o mesmo: ao promoverem um desmatamento desordenado, lançam os restos de vegetação nos rios, represando-os e formando pequenas lagoas. "Esses locais são ideais para o mosquito procriar", explicou Toledo.

A malária vem atingindo principalmente a população indígena.

Em alguns municípios, do total de contaminados, 75% são índios. "Não dispomos, no entanto, de uma estatística geral", afirmou Toledo. "Mas sabemos que os índios são os mais atingidos porque são os mais expostos aos garimpos e às madeiras." Outro problema enfrentado pela Fiocruz é a falta de registro de óbitos na região. Segundo Toledo, a secretaria estadual de Saúde do Amazonas não registra as mortes por malária desde 1996. Outra doença que vem se alastrando na Amazônia é a dengue, inexistente na região até 1980. No ano passado, só em Manaus foram registrados 24 mil casos da doença.

SEM-TERRA

Já os sem-terra continuam com os mesmos problemas e agindo do mesmo modo. Em Andradina, noroeste de São Paulo, 85 famílias do Movimento Sem-Terra que estavam acampadas numa estrada vicinal de Andradina decidiram ocupar, pela segunda vez, a Fazenda São Sebastião. E vão montar o assentamento por conta própria. Segundo as lideranças, o assentamento foi prometido pela superintendência do Incra, mas inviabilizado até agora "por falta

de recursos". O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina, Geraldo José da Silva, disse que a gleba de 1.500 hectares deverá ser toda dividida entre os "beneficiados". Para isso as cercas das pastagens da fazenda começaram a ser retiradas. Algumas centenas de cabeças de gado foram presas em lugar insuficiente para garantir a alimentação do rebanho.

Os problemas locais, como a invasão de 41 fazendas em Pernambuco no final de semana, passarão a ser tratadas pelas próprias superintendências estaduais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O anúncio foi feito pelo presidente interino do instituto, Nelson Borges. "Os superintendentes representam o governo federal e estão mais capacitados porque têm mais informações sobre as invasões e as terras", disse. Segundo Borges, o governo continua disposto a negociar com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). "Não é lógico invadir antes de conversar", disse ele, referindo-se às ocupações em Pernambuco. O presidente interino do Incra lembrou que terra ocupada não será vistoriada.